

ATA DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
MANDATO 2009 A 2013
ATA NÚMERO 67

Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha, sob a presidência de Duarte Figueiredo, efetuou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a presença, pela parte da coligação PSD/CDS-PP, de Deolinda Pereira, Leonel Vila-Chã, Lúcia Marinho, Manuel Fernando Lima Damião substituindo Manuel Meira Lima (que apresentou pedido para ser substituído) e Elisabete Correia substituindo Cristóvão Lima (que apresentou pedido para ser substituído). Pela lista do PS compareceram os independentes, Ingrid Van Dorpe, Ricardo Rêgo e José Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Período antes da ordem do dia;
- 2- Informações do Presidente da Junta de Freguesia (PJF);
- 3- Apresentação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano de 2012;
- 4- Outros assuntos.

No período antes da ordem do dia, procedeu-se à leitura da ata anterior que foi votada e aprovada por maioria, registando-se apenas uma abstenção por ausência na reunião anterior à qual a ata dizia respeito. Foi apresentada um voto de condolências, de pesar e de dor pela perda do Pároco da freguesia Alípio Lima que foi aprovado unanimemente pela Assembleia.

Inscreveram-se para tomar a palavra antes da ordem do dia: Ingrid Van Dorpe, José Silva, Lúcia Marinho e Ricardo Rêgo.

Ingrid Van Dorpe, manifestou o seu pesar pela morte do pároco, pessoa de personalidade forte que, com muita dedicação, muito fez por Anha. De seguida, mencionou que na segunda-feira de Páscoa realizou-se uma reunião, para a qual não foi convidada nem convocada, nesse sentido questionou a Junta de Freguesia se foi esquecimento ou se na verdade não deveria estar. Mais uma vez lembrou que o homem depende da natureza e por isso apelou: à produção de alimentos; à limpeza da natureza; e à criação de mais-valias. Também questionou a problemática ao acesso à Praia do Redanho. Se a área é da freguesia, talvez se devesse vedar junto dos balneários;

mas se os balneários estão em terreno privado, por que não aplicar a medida de usucapião. Por fim, demonstrou preocupação por alguns empreiteiros reclamarem por falta de pagamento das obras feitas.

José Silva tomou a palavra e proferiu a intervenção que de seguida se passa a transcrever:

“Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha e restantes membros que compõem a Mesa,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha, e restantes membros que compõem o executivo,

Colegas eleitos para a Assembleia de Freguesia,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia, apresento uma questão pertinente à qual pretendo ser devidamente esclarecido por parte do executivo da Junta de Freguesia.

Trata-se da declaração efetuada pelo Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia na Assembleia de 07 de Dezembro de 2012, onde o mesmo afirmou que, finalmente teriam resolvido a questão da relação jurídica de emprego público com dois colaboradores, chegando inclusive a identifica-los, Zé Manuel e Frido. O Senhor Presidente da Junta, não imagina a alegria que me deu no ato da transmissão de tal informação, pois, como deverá saber, sempre fui um acérrimo defensor dos direitos dos trabalhadores e extremamente contra a precaridade de emprego. Acontece porém que essa minha alegria gorou-se. Gorou-se, e sabe porquê, Senhor Presidente da Junta de Freguesia? Porque nas diversas pesquisas que efetuei às publicações na 2.ª série do Diário da República, não consegui descortinar qualquer processo relacionado com o “Procedimento concursal”, e por conseguinte a “Publicitação das modalidades de vinculação”, ou seja, o cumprimento do Artigo 50.º e Artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, como não poderia deixar de ser, venho solicitar-lhe os devidos esclarecimentos sobre este assunto, pois, se vier a confirmar que a sua intervenção na anterior Assembleia de Freguesia, não correspondeu ou não corresponde á realidade dos factos, então, serei obrigado a concluir que, não passou de mais um ato de “Show-off”, omitindo a verdade e intensionalmente de “caça-aos-votos”. Lembro-lhe que essas ações contrariam totalmente o “slogan” utilizado por uma anterior presidente do seu Partido Político. Rir-se-á, mas relembro-lhe, “falar verdade”, era um “Slogan” muito forte na campanha eleitoral de Manuela Ferreira Leite às Legislativas de 2009, inclusive, relembro-lhe que no dia 10 de Maio de 2008, num hotel em Braga e perante uma plateia de 200 militantes, terá dito, *“Mais vale ter três por cento e dizer a verdade, do que ter 80 e andar a fazer listas de promessas e coisas que não são para cumprir e só desacreditam a classe política”*.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, não basta dizer que resolveu uma questão antiga dos anseios dos seus colaboradores, mantendo-os em funções de cariz precário, mas sim, concretizar, senão vejamos:

□ Sabe-se que os colaboradores anteriormente citados, exercem funções de necessidades permanentes na Junta de Freguesia, contratados em regime de contratos de termo resolutivo certo ou incerto, cujos contratos, apenas se devem destinar a fazer face a necessidades temporárias de serviço.

□ O recrutamento para a contratação a tempo indeterminado dos lugares a preencher, somente poderá ser efetuado, após aprovação do mapa de pessoal, cujo mapa, foi aprovado em Assembleia de Freguesia de 07 de Dezembro 2012, e como tal, não vejo como é que o Exmo. Senhor Presidente da Junta, terá resolvido a questão dos colaboradores em causa.

□ Como disse anteriormente, e repito, não ter conseguido descortinar qualquer processo relacionado com o “Procedimento concursal”, em publicação no Diário da República.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, posto isto, espero e solicito clareza no esclarecimento deste caso, não enveredando por política de descrédito, caso contrário, serei obrigado a adiantar-lhe uma expressão utilizada por um grande humorista brasileiro, Jô Soares, num antigo programa televisivo, que era: “Eu, não sou palhaço, me estão fazendo de palhaço”.

Concluo, alertando-o para que não interprete esta minha intervenção como política de “caça-aovoto”, ou de “protagonismo”, como o Exmo. Senhor, tão bem sabe fazer, mas sim, como uma forma de exigência responsável.”

Lúcia Marinho referiu-se à extensão de saúde de Vila Nova de Anha, relembrando que este problema é afeto ao ministério da Saúde, da ARS do Norte e da ULSAM, e não da Junta de Freguesia. Afirmou que quando os problemas não se resolvem positivamente, culpa-se a Junta de Freguesia, mesmo sabendo que a responsabilidade é e será sempre das entidades referidas. A Comissão de Utentes e a Junta de Freguesia estão juntas nesta luta para tentar resolver o problema.

Ricardo Rêgo mencionou a situação dos CTT e questionou quais as demandas/medidas que a Junta de Freguesia pretende tomar, no entanto lembrou que a decisão do fecho dos correios não é da competência da Junta de Freguesia, mas pode e deve pensar e apresentar alternativas. Quanto à problemática da Escola do Monte da Ola referiu que muitas vezes a população não sabe as medidas e as ações que são tomadas para se conseguir manter a Sede de Agrupamento na Escola do Monte da Ola e manter o secundário. Lembrou que a Junta de Freguesia desempenha as suas funções, mas como se vivem tempos difíceis tem de ter cuidado com os compromissos, os pagamentos às empresas e aos fornecedores. Quanto à extensão de saúde esclareceu

que, a seu ver, esta nunca será construída, por isso lembrou que o importante é garantir formas de apoio à população, para ter acesso aos cuidados primários, talvez assegurando transporte para as pessoas carenciadas. A ida direta para o hospital não é uma solução porque aí pagam doze euros, mas se primeiro forem atendidos na Extensão de Saúde de Darque só pagam cinco euros mesmo que sejam enviados depois para o hospital.

O Presidente da Junta tomou a palavra e referiu que a Junta de Freguesia está atenta e empenhada na resolução de problemas, mas não é fácil tomar certas decisões. Estas são as suas prioridades:

Resolver o problema do fecho dos CTT. Cento e dez freguesias já tomaram conta das extensões dos CTT, mas a junta vai tentar não perder os CTT em Anha; manter a sede do agrupamento no Monte da Ola, com a ajuda de algumas pessoas; conseguir receitas para pagar os funcionários e os fornecedores (cinco fornecedores é que estão à espera de receber o pagamento; gostaria de saber quem são os fornecedores que se queixam; apenas existe uma ação em tribunal mas não é sobre pagamentos de contas...). No dia 22 o proprietário de São Ovídio vem renegociar a dívida. Lembrou que a junta anterior recebeu o dinheiro para o pagamento mas gastou-o dinheiro não efetuando o pagamento;

Ter médico para os doentes (quanto à extensão de saúde todos estão juntos a tentar resolver o problema). A extensão de saúde em Anha vai estar encerrada três dias porque a enfermeira vai de férias. Vão tentar resolver o problema;

Quanto à Praia do Rodanho informou que o terreno onde estão os balneários foi cedido pelo seu proprietário ao domínio público/à Junta de Freguesia há vinte anos e os terrenos para o caminho há trinta anos. No entanto o filho, que administra hoje em dia os bens, resolveu vedar o local. A Polícia Marítima, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a região hidrográfica e Ministério do Ambiente apresentaram queixa, denunciando o caso porque o lote fica em Reserva Florestal. O proprietário já foi identificado várias vezes, que afirmou que era o seu filho o responsável pela administração das propriedades. A Junta de Freguesia não pretende ir para tribunal porque não tem forma de acarretar as despesas.

O engenheiro Barros, responsável pela manutenção das praias, pretende levar a luz elétrica à Praia do Rodanho para poder concessionar a praia. Foi pedida licença e aguarda-se deliberação. São necessários seis mil e tal euros para colocar a luz. Para o verão garante-se nadadores salvadores e os balneários.

No ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente da Junta de Freguesia informou a assembleia acerca de diversos assuntos, nomeadamente, sobre as obras na rua da Padela, o melhoramento do Largo das Camboas. Neste caso referiu que o problema da rua nova ainda não está resolvido por a Junta de Freguesia não quer se endividar mais. As restantes informações encontram-se no documento distribuído aos membros da Assembleia de Freguesia e que se encontra em anexo à presente ata. Quanto à Páscoa, lembrou que a Junta de Freguesia esteve aberta na 2ª à tarde para as pessoas poderem beijar aí a Cruz Pascal.

Mencionou, também, que a proximidade com a população promove-se com ações e iniciativas como: a campanha de angariação de produtos para as pessoas mais carenciadas, orientada pela Sofia; a ajuda no preenchimento dos papéis do IRS. Já sessenta e uma pessoas beneficiaram desse apoio. Seguindo essa estratégia, a Junta de Freguesia apetrechou-se com os equipamentos para se poder efetuar mudanças no cartão de cidadão.

De seguida, Ricardo Rêgo pediu a palavra para lembrar a sua preocupação quanto às despesas apresentadas e ainda não pagas, e que não foram deliberadas. Por isso não sabe onde se vai conseguir verba necessária para cumprir o pagamento devido. Devem ser feitas obras mas acautelar sempre quando se interfere com a vida das pessoas.

O Presidente da Junta mencionou que não gosta de pessoalizar a dívida, mas referiu o caso do Sr. São João que não quer passar fatura à Junta de Freguesia, pelo serviço. Lembrou que ele assinou um documento o qual menciona que só receberia pela obra quando a câmara pagasse, o que ainda não se verificou. Quanto ao enquadramento orçamental alertou que a Junta de Freguesia segue a lei. Também mencionou que cometeu um erro ao chegar à junta, quando disse que só compraria produtos às empresas de Anha. A dívida à GMG era de 150 mil euros e em 3 anos já receberam 100 mil.

No ponto 3 da ordem de trabalhos, passou-se à apresentação, discussão e votação do relatório da atividades e contas de gerência do ano de 2012. Inscreveram-se para tomar a palavra José Silva, Ricardo Rêgo e Lúcia Marinho.

Finda a apresentação do relatório da atividades e contas de gerência do ano de 2012, o Presidente da Mesa da Assembleia sublinhou, em seu nome e da Mesa, a apresentação cuidada e profissional do documento. Elogiou o respeito e a consideração demonstrada pelo executivo para com a Assembleia na apresentação dos documentos.

Também informou que os elementos da lista do PS lhe pediram para solicitar à Junta de Freguesia a cedência de documentação, a qual foi logo disponibilizada pela mesma, o que revela também o respeito pela Assembleia e um elevado sentido democrático e de serviço público do executivo. Tanto mais que este se poderia escudar em procedimentos dilatórios e evitar facilmente a entrega dos dados solicitados em tempo útil. Tal não aconteceu e por isso considerou dar pública nota do facto.

De seguida tomou a palavra José Silva que entregou por escrito a sua intervenção que se passa a transcrever:

“Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha e restantes membros que compõem a Mesa,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha, e restantes membros que compõem o executivo,

Colegas eleitos para a Assembleia de Freguesia,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Após leitura do relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano 2012, sobressaíram-me algumas dúvidas, pelo que, apresento as seguintes considerações, solicitando ao executivo as devidas clarificações.

No capítulo “II Breve Caracterização da Junta de Freguesia”, o executivo, apresenta um quadro dos seus recursos humanos que, pela introdução descrita no segundo parágrafo do capítulo, “Para cumprimento dos desafios constantes que se lhe deparam, a Junta de Freguesia integra no seu quadro de recursos humanos 12 pessoas, verificando-se um acréscimo de 20% em relação ao período homólogo”, parece ser referente à atualidade dos lugares ocupados, e que se for o caso, algo confuso apresenta, pois:

□ Desprezando o caso da colaboradora em regime de tarefa, porque não estava referenciada no mapa de pessoal aprovado em Dezembro de 2012, o executivo apresenta no referido quadro deste relatório, 8 Assistentes Operacionais em regime de Contrato a Termo Certo, enquanto que, no Mapa de Pessoal aprovado, apenas consta 7 colaboradores, que passo a descrever: 3 Cantoneiros, 2 Assistentes Operacionais de Educação, 1 Tratorista e 1 Pedreiro.

□ Conforme Mapa de Pessoal aprovado para 2013, o total de lugares ocupados em regime de Contrato Trabalho a Termo Certo, mais, os de regime de Contrato a Termo Indeterminado, e considerando o lugar ocupado em regime de tarefa, corresponde a 10 e não a 12 colaboradores, como refere na introdução do capítulo e apresentado na respetiva tabela.

Evidentemente que estando em discussão o relatório de “Gestão e Conta de Gerência 2012”, entendo que, se estes números corresponderem à realidade atual, não deveriam ser apresentados no documento em discussão, e se for o caso de a tabela se referir a 2012, os números também não corresponderão, como passo a descrever:

FREGUESIA DE V. N. ANHA - MAPAS DE PESSOAL - Artigo 5º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro (LVCR)												
Categoria	Mapa aprovado para 2012						Total Ocupados	Se mapa relatório for de 2012				Total Ocupados
	C.T.T.I.			C.T.T.C.				C.T.T.I.		C.T.T.C.		
	Ocupados	Vagos	Total	Ocupados	Vagos	Total		Ocupados	Total	Ocupados	Total	
Cantoneiro – Assistente Operacional	1	2	3	3		3	4	1	1	8	8	9
Assistente Operacional de Educação				2		2	2			1	2	1
Assistente Técnico (Administrativo)		1	1	1		1	1			1	1	1
Tratorista – Assistente Operacional		1	1	1		1	1					0
Pedreiro – Assistente Operacional							0					0
Regime de Tarefa							0				1	1
<u>TOTAL DE LUGARES OCUPADOS</u>							8					12

No capítulo “III O Que Fizemos”, referenciar que, na página 14, nos parágrafos referentes a infraestruturas de saneamento básico, novamente aparece contradições, pois:

No final do primeiro parágrafo dizem, “Mas, todos nós sabemos que este tipo de investimento requer verbas avultadas, pelo que não depende somente de nós a sua concretização”.

No segundo parágrafo dizem, “Contudo, e apesar das contenções financeiras impostas, procedemos à construção de mais um troço de saneamento básico, especificamente, no Beco da Igreja.”.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, ficar-lhe-ia bem, se, honrasse a verdade, dizendo que a obra então descrita do Beco da Igreja, foi despoletada por um dos moradores do referido beco, integralmente executada pelos Serviços Municipalizados de Saneamento

Básico de Viana do Castelo, desde a instalação das infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, até a respetiva repavimentação do arruamento. Acrescento que, o Senhor, deverá ter algum cuidado, quando se refere às ações desenvolvidas ou por desenvolver, pois constantemente dá “uma no cravo e outra na ferradura”, e sabe porquê? Se não sabe, esclareço-o, alertando na perspetiva de correção, senão vejamos:

Por interesse de promoção política, apresenta a obra do Beco da Igreja, como um procedimento do executivo da Junta de Freguesia, o que não corresponde à realidade, desprezando o verdadeiro promotor (SMSBVC);

Quanto à obra mencionada pelo meu colega de bancada, Ricardo Rêgo, na anterior reunião desta Assembleia de Freguesia, sobre a necessidade de se construir um passadiço da escola EB 1 até à cantina, o Senhor Presidente da Junta informou que, o parque escolar é da alçada da Câmara Municipal, conforme se pode constatar na respetiva ata, aprovada nesta Assembleia.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, já me habituou a contradições.

Lamento imenso tais comportamentos, pois o lugar que ocupa, deve pautar-se por correção nas posições tomadas e como deve imaginar, o meu repúdio por todas as posições camaleónicas por si tomadas. Espero não se esquecer deste alerta, advertindo-o para não aparecer no futuro como o verdadeiro promotor da obra do passadiço da escola, se, porventura for elaborado pela Câmara Municipal, Comissão de Pais, ou outros, pois terá na minha pessoa, um denunciador de mentiras. Relembro-lhe, opinião de Manuela Ferreira Leite, *“Mais vale ter três por cento e dizer a verdade, do que ter 80 e andar a fazer listas de promessas e coisas que não são para cumprir e só desacreditam a classe política”*.

Por fim e ainda no capítulo III, na página 15, parágrafo referente a “Transportes e Comunicações”, dizem:

Colaboração na execução da obra de beneficiação do Loteamento das Lages;

Pavimentação em calçada portuguesa do acesso poente ao loteamento das Lages.

Senhor Presidente, certos cidadãos tem-me alertado com desagrado, para as benfeitorias que a Junta de Freguesia tem vindo a fazer a particulares, mas esta, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, não é alerta de qualquer cidadão, mas sim descrição conclusiva do executivo que o Senhor Preside, e que eu considero de todo intolerável, e sabe porquê? Eu esclareço-o:

□ O referido Loteamento das Lages, pertence a um promotor particular e que tem, e bem, como todos os promotores deste tipo de estruturas, a finalidade do lucro.

□ O acesso poente ao loteamento das Lages (Beco da Tapada), foi alvo de infraestruturação para desembaçamento das águas pluviais, águas residuais e abastecimento de água do referido loteamento.

□ Como sempre, a reposição de pavimentos destas obras ficam a cargo do requerente do processo de obras.

Pelo exposto, verifica, o porquê da minha intolerância, e desde já, urge saber o porquê da Junta de Freguesia ter suportado tais encargos, utilizando dinheiro público em proveito de particulares, tendo-se gasto cerca de 1.000,00Euros, conforme nos transmitiu em reunião de 17 do corrente mês.”

Ricardo Rêgo agradeceu a postura da Junta de Freguesia que, em curto espaço de tempo, cedeu os documentos e enalteceu a cedência de outros que nem eram necessários. Lembrou que o pedido da oposição não era um ato de policiamento, mas sim uma análise política do documento. Por outro lado mencionou que é salutar o alcance das receitas próprias, mas que se sentia preocupado com o documento camarário, porque o dinheiro que vem da câmara não chega para honrar os compromissos. Neste caso, não duvida dos documentos mas é importante saber se há capacidade de pagar. Relembrou que todo o sentido de voto é para alertar a junta de freguesia que as obras têm de ter deliberação para assegurar pagamento. Por outro lado, se o fornecedor não apresentar fatura, não deve ser novamente contratado.

Lúcia Marinho comentou que é importante um bom suporte documental e é de louvar o executivo que procurar sempre ajustar cada uma das rubricas às realidades, tentando ajustar as necessidades à realidade. Por fim, louvou ao desempenho da Junta de Freguesia no desenvolvimento da freguesia.

O Presidente da Junta concluiu dizendo que há um aumento de receita própria, resultante das iniciativas da junta de freguesia e agradeceu ao Ricardo Rêgo e à Lúcia Marinho as questões colocadas. Quanto ao discurso do senhor José silva, achou que este só veio descortinar coisas menores e de detalhes, o que demonstra que a oposição não tem argumentos.

De seguida o relatório da atividades e contas de gerência do ano de 2012 foi submetido a votação que foi aprovado com seis votos a favor por parte dos membros eleitos pelo PSD e três abstenções, por parte dos membros eleitos pelo PS.

No período reservado a intervenções por parte do público, inscreveram-se João Maciel, Severino Amorim e Maria de Lurdes Barros.

O Sr. João Maciel explicou que após as obras para colocar o saneamento e as águas na sua rua, o seu vizinho alteou o caminho dez centímetros para evitar que as águas entrassem na sua propriedade. Esta alteração faz com as águas entrem no portão do Sr. João, porque, segundo ele, o trabalho está mal executado. Assim pede à junta para resolver o problema, senão colocará a junta em tribunal. O Presidente da Mesa da Assembleia aconselhou-o a falar primeiro com o vizinho.

O Sr. Severino Amorim referiu que a Junta de Freguesia e a comissão de utentes tiveram azar com a administração do hospital. Estiveram três horas reunidos e acabaram por ser informados que não havia pessoal para manter a extensão de saúde aberta (não há recursos humanos). Severino Amorim informou-a que existe um documento assinado que mantém a extensão aberta. Por outro lado informou a assembleia de freguesia que o Presidente da ARS do Norte não quer fechar a extensão, enquanto que o vice quer. Por outro lado, não aceita que indo a enfermeira de férias e a administrativa vai para Darque, obrigando ao fecho. E Mais uma vez apelou ao povo que não pode ficar parado, incentivando a que todos na próxima segunda-feira se dirigissem a Darque para exigir um enfermeiro e um administrativo. Será colocado um comunicado na porta informando do fecho, mas só ao fim da tarde para as pessoas não reclamarem.

A Sr.^a Maria de Lurdes Barros lembrou que o problema relacionado com a água de Santo António ainda não foi resolvido. Quer saber o que está a ser feito.

O Presidente da Junta tomou a palavra e referiu: quanto às declarações de Severino Amorim, lembrou que nas freguesias tem de haver equilíbrios, uns dão o peito à bala e outros procuram doutra forma resolver os problemas. Lembrou que tem muito respeito pela comissão de utentes e agradeceu todo o trabalho efetuado. Explicou também que pode ser colocado um médico até às eleições, mas a junta de freguesia quer é um médico para sempre. Mas tal desejo depende do Ministério. Quanto ao problema do Sr. João Maciel, lembrou a importância de nos darmos bem com os vizinhos. Aconselhou-o a refletir no problema para em conjunto do seu vizinho o resolverem. O mesmo aconselhou à D. Lurdes, no entanto a Junta de Freguesia já marcou uma reunião com ela para resolver o problema.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a ata que, depois de lida e aprovada, vais ser assinada nos termos legais.

O Presidente da Assembleia: _____

A Primeira Secretária: _____

O Segundo Secretário: _____